

XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia.
Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2017.

Exílio Político Brasileiro e as Redes Revolucionárias Transnacionais (1964-1985).

Badan Ribeiro, Maria Claudia.

Cita:

Badan Ribeiro, Maria Claudia (2017). *Exílio Político Brasileiro e as Redes Revolucionárias Transnacionais (1964-1985)*. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/46>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eV5Z/omg>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

PARA PUBLICAR

MESA TEMÁTICA 09- Exílios políticos massivos em Europa y Latinoamérica en el Siglo XX: dimensiones comparadas y regionales.

Exílio Político Brasileiro e as Redes Revolucionárias Transnacionais (1964-1985)

Maria Cláudia Badan Ribeiro*

1. Um Exílio Estratégico

Fruto de uma pesquisa de pós-doutorado¹, nosso estudo procurou compreender a oposição brasileira e seus gestos no exterior durante o regime militar, quando grupos militantes se rearticularam no exterior solidificando elos de pertencimento e garantindo reservas à luta de resistência.

Nosso objetivo foi enfatizar a dimensão internacional que adquiriu o processo revolucionário, as estratégias das organizações e a mobilidade militante apoiada por redes de interlocução estrangeiras. Tentamos recuperar o dinamismo político da população exilada brasileira, avaliando sua inserção no cenário internacional através da manutenção ou não de práticas de cúpula, num contínuo e constante deslocamento por *convicção*.

No Brasil inexistem pesquisas que contribuam para se pensar e para se mostrar atividades intergrupos, a solidificação de acordos sigilosos, com destaque para redes informais ou conspirativas, analisadas, sobretudo, dentro do paradigma radical.

A análise sobre este “ser político no exílio” segue caminhos diferentes quer se trate de analisar o trânsito de um grupo armado, de um grupo intelectual ou de um grupo de políticos tradicionais, mas deixa de considerar também que o exílio e o sentimento de pertencimento dos que saíram ainda é tomado, sobretudo no período anterior ao golpe chileno (1964-1973), pela moral revolucionária, quando a concepção do homem engajado se estende até onde ele se encontra forjando laços entre diferentes linhas de esquerda e diferentes gerações de combatentes.

Cabe então recolocar a luta política deste período em sua historicidade, não deixando de lado seu contexto antes de avaliar *a posteriori* seus resultados. Ao acompanhar a cronologia deste engajamento percebemos que este trânsito internacional e a solidificação de acordos de cooperação não estão representados na narrativa do exílio, quando são na

* Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Pós-Doutora pelo IHEAL/ Unicamp e Doutora em História Social (USP) mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com

¹ Este texto é resultado de um ano de pesquisa de Pós-doutorado realizada junto ao Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL/Sorbonne) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Processo nº 9593-11-0. A investigação teve continuidade junto ao Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

realidade, a expressão de uma época agitada, de revoluções e libertações, que estão no centro de uma esquerda que se preocupava com o Terceiro Mundo e o queria modificá-lo pela ação revolucionária e/ou pelos canais do terceiro mundismo militante. Foram as grandes causas emancipatórias, a solidariedade do Terceiro Mundo, que justificaram projetos originais de construção nacional em países como Cuba, Vietnã, África do Sul, Chile, Nicarágua, quando a ideia do perigo comum e a vontade de fazer algo colocavam juntos países socialistas, movimentos nacionalistas e de libertação nacional. (Navarro 2015, 110-115)

A partir destas lutas se criaram então uma série de valores que recaíram sobre os tipos de atuação política, o exílio inclusive. Para a aproximação das forças de oposição de esquerda contou uma identidade comum e revolucionária constituía na ação política, por aqueles que permaneceram sempre ativos, ainda que muitos deles não tivessem um vínculo político orgânico.

Falar, entretanto, dessa militância implica em considerar também seus limites e o posicionamento dos Estados no acolhimento aos exilados políticos. É importante destacar assim, as diferenças substanciais que existiram entre os países receptores, sobretudo para uma juventude mobilizada politicamente que encontrou lugar para a militância em países como Cuba, Chile e Argélia, áreas que funcionaram de maneira estratégica para o trânsito revolucionário e que garantiram acordos de cooperação. Na Europa, embora permanecesse um discurso oficial de proteção aos exilados, quando se relacionava à esquerda radical, este discurso nem sempre esteve presente. A diplomacia francesa — país que contou com o maior número exilados brasileiros — tentava se desprender dos militantes políticos, ou daqueles que tinham posições políticas mais agressivas, ligadas à chamada “esquerda violenta” para não comprometer as boas relações diplomáticas mantidas com o Brasil, além de evitar que a oposição brasileira funcionasse como elemento catalisador da oposição interna francesa. (Rolland 2008, 73-75). Em território francês, os radicais da esquerda brasileira também foram alvos da perseguição do Estado. A Polícia federal francesa tentou subornar militantes com oferecimento de título de permanência no país, na condição de brasileiros aceitarem cooperar com a repressão francesa, para se infiltrarem junto aos movimentos armados europeus, em especial o movimento basco e curdo. A *Direction de la Surveillance du territoire* (DST) francesa chegou a pedir colaboração a militantes brasileiros para infiltração junto ao grupo Sendero Luminoso. Luiz Eduardo Prado contou sobre sua experiência com a polícia no exterior,

[Em Paris] realmente, fui interrogado longamente em duas ocasiões pela polícia francesa e pela polícia brasileira em Paris [...]. Os interrogatórios duraram umas doze horas cada vez. Dos cinco policiais, três eram brasileiros. Muito bem vestidos, de terno e gravata, como os

franceses. Mas, não se dirigiam a mim. Falavam ao pé do ouvido dos franceses ou mostravam-lhes coisas escritas num papel. Eram os franceses que me interrogavam. A primeira vez foi na Polícia Central de Paris. A segunda vez foi no Ministério do Interior. Claro que poderiam ter desaparecido comigo [...] É verdade que quando das visitas de homens de estado brasileiros na França, minhas liberdades foram cerceadas: primeiro, me proibiram de sair do território francês: acho que haviam compreendido o que eu fazia. O fato, porém é que na Martinica ou na Guiana ou na Córsega territórios franceses havia muitos militantes corsos que nos apoiavam, por quanto os brasileiros egressos da Guerra da Espanha terem tido um papel importante na liberação da Córsega e, inclusive, terem por lá ficado ou casado com corsas. Em seguida, proibiram-me de sair da França continental, quer dizer, da França propriamente dita. Enfim, proibiram-me de sair de Paris. Foi um período desagradável (Prado, 2015).

Se a estigmatização europeia fez eco à rejeição do militante por parte do Estado brasileiro, determinando a política de recebimento de exilados, países de orientação de esquerda atraíram ou mesmo quiseram interferir no processo revolucionário brasileiro, como foi o caso de Cuba (Paz, 1997). A circulação de militantes por países socialistas ou não alinhados como Tchecoslováquia, Iugoslávia, Alemanha Oriental, União Soviética, Albânia, Bulgária, Iugoslávia também teve pouquíssima ressonância na literatura brasileira, embora estes países funcionassem como rotas de passagem e mesmo permanência da esquerda tradicional partidária.

O exílio brasileiro até o golpe chileno se manifestou mais na imagem do sujeito errante do que na do refugiado à espera de fixação. Os marcos temporais por isso, ao tratarem do tema, devem se ater ao tipo de trânsito realizado, aos “países de adoção” e ao elemento que determinou a permanência ou a fixação no exterior. Os vínculos permanentes com a luta também determinaram o pedido de estatuto de refugiado (Rollemberg, 1999; Chotil, 2015) ou a manutenção de situações híbridas. Houve exilados que conciliaram militância política com outras necessidades individuais como documentação, trabalho e moradia. Mas houve também quem era considerado militante profissionalizado e foi mantido pela organização no exterior.

Luiz Eduardo Prado foi mantido financeiramente pelo MR-8 durante quatro anos liderando uma rede composta por militantes da ALN, VPR e MR-8 na Argélia e que tinha como objetivo dar cobertura à militância e promover “embarcamento” e salvamento de quadros políticos comprometidos. Era o chamado Comitê Revolucionário Internacional (CRI),

Quando o CRI foi criado, uma das minhas funções era justamente esta: ajudar colegas de passagem pela França ou pela Europa a passarem. Fui no Chile. Ajudei o Franklin Martins a passar pela França. Houve muitos outros (...). Foi o próprio MR-8 que passou a me sustentar. Isso durou uns três ou quatro anos. Eu me ocupava de conseguir documentos falsos, de conseguir aparelhos que pudessem abrigar militantes em trânsito, de organizar o trânsito dos militantes, do lugar onde me designassem que eles deveriam ser resgatados até o ponto final, do tratamento médico, eventualmente de arrumar emprego junto a militantes franceses ou de demais países europeus [...]. O sigilo era, sim, completo. [...] Ocorreu que era necessário organizar uma rede de serviços médicos clandestina de tratamento de colegas

que não podiam receber tratamento em Cuba, ou na Argélia, pelo fato da medicina ainda ser na época muito atrasada nestes países. Na Itália, as redes eram controladas pelo Partido Comunista de tendência soviética, que não queriam ouvir falar de nós. Diversos outros países apresentavam empecilhos diversos. A França era o país mais central, com rede médica disposta a apoiar-nos e com organizações de esquerda suficientemente variada, para que algumas também se dispusessem a fazê-lo (Prado, 2015).

A rede foi criada na Argélia com mais outros dois companheiros banidos no sequestro do embaixador alemão, embora Prado já houvesse abandonado a militância armada, por não acreditar mais na sua proposta. Manteve, porém, atividades para ajudar amigos realizando deslocamentos pela França e exterior, auxiliado por um ex-combatente da Guerra da Argélia, um curso que ajudava a recepcionar brasileiros em Paris. Como ele disse,

O governo brasileiro achou que quando ele me tirou o meu passaporte, eles iam me controlar e me proibir de sair do território francês. Mas, não foi o caso, porque eu tinha um documento britânico que era um documento legal (...). Então o governo francês primeiro me proibiu de sair do território francês, mas a Córsega era território francês e a Martinica era território francês, então eu pude continuar a viajar. A Martinica é a um passo da Guiana e a Guiana podia servir como uma porta de entrada para brasileiros. Acabou não acontecendo isso, mas os franceses perceberam que eu tinha feito isso (...) que eu estava trabalhando para criar uma coisa para os militantes brasileiros. (Prado, 2015).

Pouco sabemos a respeito da evolução das forças e métodos revolucionários fora dos limites nacionais, que continuaram a prosperar nos anos subsequentes, já que a interpretação do fenômeno vem continuamente apontando o exílio brasileiro europeu enquanto um desgarramento político e um desenraizamento pessoal de traços subjetivos que esvaziou seu conteúdo político, aproximando sua análise da plataforma de direitos humanos, que tentava mobilizar empatia aos recém-chegados das ditaduras, criando uma rede de sensibilização europeia contra a violência na América Latina.

Preponderou na literatura especializada sobre exílio político o chamado “estado de espera” do exilado. Mesmo a ideia de um exílio definitivo na Europa pós-golpe chileno também deixou de lado experiências que ultrapassaram este marco temporal, vindo a ganhar espaço na América Central, nos países do Oriente Médio e mesmo em trajetórias isoladas de militantes que permaneceram ou voltaram ao Cone Sul após a queda de Salvador Allende. A ânsia da volta também não apareceu na narrativa, quando muitos militantes tentaram o retorno ao país de maneira clandestina, forçando, em alguns casos, a revisão pelo governo militar da pena de banimento.

A adesão a grupos armados também continuou a ocorrer no exterior, assim como treinamentos armados em Cuba, Coreia do Norte, Israel, Argélia (Paz, 2013; Miyake, 2010; Chotil, 2015). O trabalho e a moradia destes militantes também eram expressão deste engajamento (Chotil, 2015) e conseguidos em contato com antigos partigianos italianos (Isola 2009, 61 e 92; Pereira, 2014) ou resistentes franceses. Estes exemplos mostram como a

oposição atuou silenciosamente no exterior e nos dão maiores elementos para pensar sobre o desejo de continuação da luta, as formas que os exilados encontraram para a militância, e mesmo as implicações que estas atividades tiveram para a ação de Estado, seja exigindo do governo a necessidade de atos complementares para abolir em alguns casos, o banimento de militantes, seja a ação repressiva no exterior.

No caso de brasileiros no Chile, o exílio pareceu uma extensão do campo político no qual os militantes já estavam acostumados a atuar, quando muitos se deslocaram ao país com passaportes falsos ou o como trampolim para atividades clandestinas ou mesmo participando da resistência interna. Conseguir o estatuto de refugiado no país constituía-se também num problema, pois o Chile somente subscreveu o Protocolo das Nações Unidas em abril de 1972. A condição jurídica dos exilados no Chile, segundo a pesquisa de Manuel Saavedra, era equivalente ao do imigrante (Saavedra, 20013) ².

É importante considerar que parcela considerável de banidos ou exilados eram quadros da luta armada e houve militantes que se recusaram a sair do Brasil nos sequestros. Mesmo militantes partidários ou sindicalistas já eram conhecedores do exílio político em passado recente e conheciam bastante bem o “turismo” político internacional tendo interlocução com grupos armados, ou podendo contar com sua colaboração em determinados momentos. A saída do país deu maior mobilidade à militância no exterior, transformado o espaço do exílio numa área operacional de oposição à ditadura brasileira.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, continuou atuante no exterior, se reunindo, realizando eleições entre seus dirigentes e publicando seus boletins. O Partido estava instalado em posições de poder no exterior, e possibilitava estrutura de trabalho para os recém-chegados. Marly Vianna, militante do PCB saiu do Brasil em 1974. Segundo ela, o Partido havia dado uma ordem aos seus militantes para nenhum deles voltar ao Brasil e enviou pessoas para o exterior. Marly trabalhava na assessoria do Comitê Central junto ao movimento sindical e revela que seu trabalho na direção do PCB era completamente clandestino. Como afirmou: “levava a clandestinidade a sério, inclusive em Paris”. Do PCB ninguém pediu asilo. O Partido não se dizia exilado” ³. Sindicalistas também tinham relações

² O autor apurou que entre 1964-1973 havia 25.000 exilados no Chile. Segundo informações da ACNUR até 1973, 15.000 estavam oficialmente registrados como refugiados no Chile. Quase metade da população de exilados não estava protegida pela convenção para os refugiados na ocasião do golpe e 350 bolivianos foram devolvidos.

³ Palestra de Marly Vianna, Mesa 02 Mulheres e Lutas Políticas, 05/10/16. I Colóquio Internacional Movimentos: Trânsitos & Memórias, Niterói, 4-06 outubro de 2016.

que permitiam trabalhar nas instituições de representação em nível mundial ou regional (Chotil, 2015; Pimenta 2014; Roccati, 2016).

A Argélia também foi menos pátria do exílio do que trampolim para a militância. O país era nas palavras de Cruz a Meca Revolucionária (Cruz F., 2016). Pelo país, antessala da qual partiu e se internalizou a doutrina de guerra contrarrevolucionária passava a maioria dos movimentos armados africanos e asiáticos. Brasileiros, argentinos e uruguaios também circularam pelo continente africano. O país foi pensado como local de treinamento guerrilheiro pela esquerda armada brasileira, mas foi preterido por Cuba, em vista da proximidade geográfica da ilha e da política cubana de exportar a revolução. Clemens Schrage realizou treinamento militar no país (Schrage, 2014) e militantes da ALN atuaram compartimentados na Argélia como Eliane Zamikowski, Osvaldo Rezende e Maria Drosila Vasconcellos. Mauricio Seidl, Almeri Bezerra, Carlos Knapp, Djaci Magalhães entre outros utilizaram a rota argelina para deslocamento e militância apoiados pela política de Hoauri Boumédiène, que financiava inclusive os deslocamentos entre Europa e Chile dos militantes brasileiros Onofre Pinto e de Ladislau Dowbor (Cruz F. 2016, 92).

Yara Gouvêa, militante da VPR, saindo da Argélia em 1971 deu curso de falsificação no Chile. Encontrando-se com Onofre Pinto na Itália do qual recebeu uma série de documentos de identidade para falsificação ela contou,

Estes documentos foram levados por mim a Argel. Em Argel guardávamos todo o estoque de documentos a serem falsificados. Estive no Chile em 1972, com Onofre e Roman. Não tive contato com a sociedade chilena porque não deveria aparecer em público, minha estadia devia se passar na clandestinidade, já que lá tinha ido para formar outras companheiras na preparação dos documentos falsos (Gouvêa, 2010).

Foi ela a responsável pela montagem da primeira sede da publicação do Boletim da Frente Brasileira de Informações (FBI), realizada num apartamento na Kasbah transformado em um laboratório de fotografias. No Brasil era muito ligada à ALN e aos padres operários de Campinas/SP. No exterior ligou-se à VPR. Yara abriu uma conta bancária em Genebra para a conservação dos fundos do Cofre Adhemar de Barros (Gouvêa, 2010). A conta permaneceu ativa durante um ano e meio e o dinheiro do cofre foi utilizado para a compra de passaportes. Os documentos estavam em poder de Yara e foram queimados quando houve a Anistia e sua volta ao Brasil,

Nós tínhamos comprado com o dinheiro do cofre [...] passaportes verdadeiros [...] corrompendo funcionários, tanto no Uruguai, quanto no Equador. Com tudo, com carimbos etc. Você podia colocar, enfim, só falso era o nome da pessoa, que aquela pessoa não existia, mas o resto era tudo verdadeiro, e estava naquele processo de você alienar um passaporte, mudar a foto e reproduzir com a mão, falsificar com a mão o carimbo que fossem carimbos em relevo, ou aqueles carimbos de borracha. Que foi o que eu fiz durante algum tempo para que os companheiros pudessem circular (...). Nunca devolvi. Foram os passaportes que eu queimei em 1979, no

momento em que nós tínhamos a certeza de que nós podíamos voltar para o Brasil (Gouvêa, 2010).

Durante o período em que ficou em Genebra, a militante pôde realizar curso de falsificação de documentos junto a resistentes da Segunda Guerra Mundial, no minúsculo quarto de Danielle Birck, sua amiga francesa que colaborava com determinadas tarefas para a organização.

Eu fiz todo esse curso, toda essa preparação, nossa, foi uma coisa assim que ninguém recebeu. Na época era muito fácil falsificar, e eu conseguia reproduzir até carimbo em relevo eu reproduzia normal com o aprendizado que eu tinha recebido deles. Tudo, como caminhar na rua, como isso, como aquilo. Meus instrutores eram antigos membros da Resistência francesa ligados ao Partido Comunista francês. Os documentos falsificados, sobretudo passaportes, serviam para que os companheiros se deslocassem entre a América Latina, Europa, Norte da África. Nunca tive aulas de explosivos ou de tiros nem no Brasil, nem no exterior (Gouvêa, 2010).

A partir de 1970 o deslocamento de brasileiros entre Argel, Cuba e Chile foi intenso com destaque para a interlocução africana a partir da Argélia, de onde Miguel Arraes auxiliou brasileiros exilados que desejavam participar de movimentos revolucionários africanos com auxílio financeiro e num interesse permanente de estreitar relações entre a oposição brasileira e estes movimentos, como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O ex-governador financiou durante três anos (1967 -1970) o MPLA angolano (Cruz F. 2016, 175-176) e foi responsável pela manutenção financeira de um Boletim Informativo, a Frente Brasileira de Informações (FBI) que reunia o ex-deputado Márcio Moreira Alves e Dona Violeta Arraes no Comitê de Coordenação. O FBI estava espalhado em diversos países, com seções na Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça, Argélia, Chile e Estados Unidos (Schrage, 2014).

Neste trânsito internacional os militantes davam continuidade à militância, realizavam encontros, originavam dissidências. Passavam pela Argélia a maioria dos movimentos armados e de independência africanos, sem contar a presença de 20.000 palestinos refugiados. (Cruz F., 2016). Segundo as estimativas de Maria Claude Laffarde e Gordian Troeller, 27 grupos de libertação passaram pela Argélia. Como escreveram,

No caso da Argélia, esta generosidade se explica também pelo entusiasmo da libertação e a euforia das primeiras horas da independência: todo revolucionário era um 'irmão', cada movimento de libertação um prolongamento da luta argelina. Desmentia Mao Zedong que dizia, ' um revolucionário está sempre só'. A Argélia estava lá para dizer o contrário (Deffarge; Troeller, 1972. Tradução nossa).

O trânsito pelos países socialistas também era realizado pelos militantes com passaportes falsos, e com entrada e saída sem carimbo no documento, como era de praxe no movimento internacional comunista. A circulação de militantes e a solidificação de cooperação política entre Argélia e outros países socialistas foi alimentada antes da

organização da Tricontinental⁴. Em 1963 Che Guevara esteve no país africano para a organização da Tricontinental, pois a Argélia era pensada por ele com parte de uma Frente Continental (Debray, 2012).

Ben Bella, primeiro presidente argelino após a descolonização francesa, tinha relacionamento estreito com Papito Serguera, embaixador cubano que visitava muito a Argélia e a pesquisa de doutorado de Fábio Cruz não deixa de registrar a importância de Cuba para a luta de independência argelina (Cruz F., 2016). Como afirmou Balardim, sobre as relações de Cuba com os países africanos,

Cuba teve fundamental papel no processo de descolonização continente africano, seja por meio de assistência técnica ou militar, ultrapassando as expressões de solidariedade retórica e atingindo comprometimento humano e físico de recursos. Contra o imperialismo português, colaborou com rebeldes de Angola (MPLA), da Guiné-Bissau (PAIGC) e de Moçambique (FRELIMO). A primeira participação cubana na África foi de caráter militar, quando no início dos anos 1960, enviou de armas e medicamentos à *Front de Libération Nationale*, na Argélia, que enfrentava o exército francês. A política externa cubana, também desenvolveu forte afinidade com o governo Lumumba na República Democrática do Congo. Em 1961, começou a funcionar primeira missão militar cubana na África e, em 1963, os cubanos enviaram pela primeira vez soldados para atuar na guerra de fronteira entre Argélia e Marrocos (...). (Balardim, 2016)

As tensões entre Havana e Moscou deram o tom do movimento cubano, que realizava duras críticas aos partidos comunistas alinhados com a URSS (Balardim 2016, 107)⁵. No caso de Argel, a entrada e saída de brasileiros dependiam do grau de relações políticas

⁴ Resultante da Conferência de Bandung, a Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, conhecida por Tricontinental, teve sua V Reunião realizada em Havana, em janeiro de 1966 com o objetivo de tratar da descolonização afro-asiática. A reunião aprovou a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) que tinha como objetivo criar uma Internacional Revolucionária no Terceiro Mundo, mas com características regionais latino-americanas. Como afirmou Moniz Bandeira, a OLAS foi menos homogênea e menos disciplinada que a sua antecessora, mas pregava igualmente criar, “um, dois, três, muitos Vietnãs pelo mundo” (Moniz Bandeira 1998, 574). Cf. também (Balardim 2016, 106-107).

⁵ Por questões de espaço, não poderemos tratar em maiores detalhes da complexidade geopolítica da época, mas gostaríamos de destacar que URSS e Cuba compartilharam interesses geopolíticos e trocaram favores. Se durante uma década (1960-1970) Fidel Castro exportou a revolução, ao preço de relações econômicas e ideológicas precárias com a União Soviética, estas mesmas relações também determinaram idas e vindas do governo cubano em relação às chamadas “missões internacionalistas”, a seu apoio à luta de guerrilhas nos países do Terceiro Mundo e à política americana de Jimmy Carter. O trabalho de Moniz Bandeira mostrou as ambivalências e confluências da esquerda da época, sobretudo os conflitos entre defensores da guerra de guerrilhas e quadros oficiais dos Partidos Comunistas (PCUS, europeus e latino-americanos). Se no início dos anos de 1960 Fidel afirmou “aqueles que não são combatentes revolucionários não podem ser chamados de comunistas” apoiando Ernesto Che Guevara e mantendo uma distância segura das influências soviéticas, em meados dos anos de 1970, Fidel Castro, num processo de estalinização cubano, “prometera cooperação [...] conquanto se retráisse na exportação das guerrilhas para a América Latina e limitasse sua assistência a treinamento, assessoramento e armas, não abdicando de sua militância internacional e intensificando a presença de Cuba na África (...)”. Moniz afirma que Fidel tomava decisões políticas independentes da URSS, ainda que viesse a receber seu apoio material, já que segundo ele, “a URSS começava a depender dos soldados de Cuba para expandir sua influência” (Moniz Bandeira 1998, 573-583, sobretudo o capítulo XVI). As redes de apoio aos países do Terceiro Mundo, para existirem, também se moveram diante das ambiguidades do cenário político internacional, e muitas vezes as ultrapassaram, quando contatos entre a luta armada e a esquerda partidária foram estabelecidos pela base ou mesmo isoladamente.

estabelecidas seja com o grupo ao redor de Miguel Arraes, ou respondiam às diretrizes das organizações armadas brasileiras, como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), podendo contar com a existência de outras redes de simpatia como foi caso do grupo de Henri Curiel (sobre o qual falaremos mais adiante), ou do Socorro Vermelho. Os representantes dos movimentos de libertação segundo o militante Marco Meyer estavam já presentes no aeroporto argelino na festa de recepção à chegada dos 40 banidos brasileiros (Chotil, 2015). Diógenes de Arruda participou da luta em Guiné Bissau e Irani Campos depois de se exilar na Alemanha e em Portugal decidiu partir para a África engajando-se no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Permaneceu três anos em Angola atuando na área da saúde, assim como seu colega Otto Brockes, médico de guerra na fronteira de Angola com a República Popular do Congo (Brockes, 2013).

Este deslocamento por *convicção* encontrou exemplo paradigmático na experiência do padre e físico Jan Talpe. Vindo ao Brasil atraído pela Teologia da Libertação e ligado ao humanismo cristão da Ação Popular, o belga Talpe depois de preso, torturado e expulso do Brasil voltou à Europa para se engajar nas campanhas internacionais contra a ditadura, denunciando a tortura. Em julho de 1970 padre Talpe enviou uma correspondência ao Secretário Geral do PAIGC, Aristides Pereira solicitando treinamento guerrilheiro em Guiné Bissau para depois poder voltar à luta no Brasil (Fundo AMS - Arquivo Mário Soares. DAC, Correspondência. Jan Talpe, 7/7/1970).

Luiz Felipe de Alencastro destacou que voltar a estudar não era uma decisão imediata de quem chegava, sugerindo que os vínculos com a luta no Brasil ainda eram mantidos no exterior. Como ele afirmou, “aquela gente chegava e não estava preparada de uma hora para outra para virar estudante, assistir seminário e se enfiar em biblioteca” (Alencastro 2016, 311). Entrevistado por Fábio Cruz, o militante Edmauro Gopfert disse sobre o pedido de refúgio, “o pessoal não queria ficar, era o auge da luta armada, encaravam o desterro como aventura temporária” (Cruz F. 2016, 91). Os encontros entre militantes no exterior também seguiam a lógica do Brasil, feitos a partir de pontos e de senhas e contra senha. No depoimento de Prado isso fica visível,

[Em Paris] Deram-me um encontro clandestino com um militante da Ligue Communiste. Ele deveria esperar-me embaixo da estátua da Vitória de Samotrácia, no Louvre, lendo o *Le Monde*. Eu deveria chegar e dizer: “Estranho lugar para ler jornal”. Ele responderia: “Coisas mais estranhas existem. Vamos para um lugar mais calmo.” Durante muito tempo, este companheiro ajudou-nos. Fomos juntos em Orly receber companheiros que saíam de Cuba, por exemplo. (Prado, 2015)

Se a vulnerabilidade não era a mesma do Brasil, muitas vezes as estratégias adotadas no exterior, já eram práticas definidas anteriormente pelas organizações de luta armada. Uma das diretrizes da ALN aos seus militantes no exterior era desbravar a Europa em contatos e apoio financeiro. Com o título em italiano *Ai rivoluzionari europei*, Marighella solicitava colaboração em recursos e armas aos antifascistas italianos pelo jornal *Unità* [*Unità*, 08 nov. 1969, 7].

A maior parte das atividades, porém, eram revestidas de discrição, evitando riscos públicos como adesão a campanhas, aparecimento público em locais de aglomeração de brasileiros ou outras atividades de denúncias internacionais dentro de um contexto de clandestinidade, e pautadas por conflitos em torno da adesão à plataforma de Direitos Humanos.

Natural, portanto, a seletividade dos contatos, nesta espécie de ‘desligamento social do sujeito’ na ação política no exterior, e ao mesmo tempo paradoxal, a necessidade de diálogo no exterior, encontrando base de apoio e troca. Os brasileiros em Argel se sentiam muito vigiados e havia presença permanente da CIA no país. Muita discussão teórica também foi produzida na França sempre sob codinomes. Também partiu de decisão pessoal, a necessidade de manter uma voz crítica no exterior, de militar ou de se resguardar. Marcos Pereira era o nome com que Luiz Del Roio aparecia publicamente nos debates na França e Europa. Michael Löwy enviava cartas ao Brasil com pedidos cifrados, a mais frequente sendo a encomenda de cordas para violão. (Löwy, 2013).

A defesa dos princípios revolucionários também não deixou de ser realizada no exterior ou mesmo, na volta ao Brasil, com a Anistia. Militantes estrangeiros radicados ou não em território brasileiro, também deram suas contribuições à guerrilha realizando tarefas de apoio através de suas atividades profissionais legais ou já se transferindo ao Brasil para viver em situação de semiclandestinidade (Birck e Breyton, 2010). Algumas pessoas chegando ao exterior tentaram manter a clandestinidade na expectativa de volta ao país sem ter solicitado documentação ou procurado agências de ajuda internacional a refugiados. Outras, podendo ir a Europa a trabalho serviram de contatos, como foi o caso de Vera Gertel e Augusto Boal (Gertel 2013, 167-174). A ideia do “exilado independente e legal” permitiu uma série de atividades no exterior, favorecendo o trânsito de pessoas e o jogo de alianças no exterior. A atuação política continuou existindo, mesmo que as leis francesas ou alemãs determinassem claramente que todo exilado protegido estava proibido de se ocupar de política nestes territórios. Como afirmou um exilado,

[...] claro que ninguém é angelical e que muita gente continuou a ocupar-se de política, mas toda discricção se impunha. Nós militávamos com a Gauche Prolétarienne e com a Ligue Communiste (...). A sobrevivência no exterior era garantida pelos países que acolhiam os militantes e, quando não era o caso, com o dinheiro resultado das “expropriações”. As estruturas de apoio eram os partidos simpatizantes locais e suas redes (Prado, 2015).

Yara Gouvêa andava armada em Genebra e circulava pela Europa sempre com passaporte falso encontrando-se com frequência com Eldridge Cleaver, líder dos Panteras Negras em Argel e com Régis Debray na França. Com relações pessoais com Miguel Arraes, seu filho pequeno, que já falava árabe, era levado junto do líder em entrevistas com Yasser Arafat. Como ela afirmou em entrevista, “eu tinha muita sorte porque eu conseguia circular clandestinamente pela Europa, pela América Latina com muita facilidade, meus companheiros diziam que eu passava como um anjo” (Gouvêa, 2010).

Seria apressado, portanto, afirmar que o exílio foi vivido pela militância política enquanto “uma crise geral do sujeito revolucionário” quando a luta no exterior passou a ser mais de denúncias contra as violações dos Direitos Humanos. Os exilados haviam descoberto segundo Roniger, o poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos e, “embora não o adotassem a partir de um princípio em forma total, o faziam de uma forma tática” (Roniger 2011, 53). A convicção na revolução determinou um trânsito intenso pelo Brasil, países da América Latina, Europa, África e Oriente Médio. Esta mesma convicção na revolução que pautou o investimento pessoal criando elos tão fortes no Brasil, continuou sendo mantida no exterior. A frase de Iara Xavier Pereira é lapidar neste sentido quando disse: “só não cruzei a Cordilheira [dos Andes] a cavalo” (Pereira, 2014).

A impossibilidade do retorno fez imperar na maior parte das análises a figura de um sobrevivente em repouso, mais do que um combatente em trânsito quando a ideia da revolução não foi simplesmente uma figura retórica na cabeça de alguns poucos. A militância no exterior não funcionou como um paliativo para a dor e a distância da terra de origem garantindo apenas uma identidade existencial ou abstrata do guerrilheiro. Considerá-la assim é exatamente esvaziar seu sentido político, de articulação internacional e de atos concretos realizados no exterior.

2. As Redes de Solidariedade

Pouco se mostrou sobre o deslocamento funcional do exílio ou sobre ampliação da oposição no exterior sob o ponto de vista do projeto radical. Por isso, nosso estudo procurou recuperar o protagonismo deste combate reconstituindo ações, acordos e práticas políticas. Tentamos mostrar a existência de um movimento que apesar da tentativa de fragmentação

pelo Estado brasileiro (expulsão, banimento, autoexílio) chegou à solidificação de acordos dentro de uma política de comprometimento que visava organizar, sustentar e manter ativos grupos em luta contra as ditaduras no exterior. Chamamos a estes grupos de redes de solidariedade, sem compreendê-los apenas como um ato de caridade indiferenciada, mas um apoio a forças que agiram movidas por ideais revolucionários num contexto mundial explosivo, onde imperava a Guerra Fria, sem desprezar também que esta solidariedade nem sempre foi independente, e que ela também chegou como assistência, clientelismo ou mesmo ingerência. Quisemos assim dar atenção, dentro dos limites deste artigo, ao rol ativo destes participantes e mostrar um pouco das relações de poder que foram construídas à distância.

As fontes principais desta pesquisa foram entrevistas realizadas com militantes dentro da chamada esquerda internacional explorando, sobretudo, os vínculos mantidos entre eles, destacando de que forma este “exílio militante” foi organizado, dando origem a grupos ideológicos afins, nesta solidariedade que transcendeu muitas vezes o plano teórico e a ação coletiva, realizada também num plano individual e humanista, por pessoas que participaram dos mesmos valores e emoções dentro dos movimentos revolucionários daquele tempo.

Uma das mais antigas redes de ajuda foi fundada em 1962 por ex-combatentes da Guerra da Argélia, tendo na figura de Henri Curiel seu principal líder e criador. A ideia de *Solidariedade* surgiu de um acordo estabelecido entre Henri Curiel e Ben Barka, militante marroquino, chefe do movimento terceiro mundista e pan-africano⁶.

Didar Rossano, representante de Curiel em Argel, levada ao país por Abdelaziz Bouteflika, Ministro das Relações Exteriores argelino durante a Guerra da Argélia, mencionou em seus escritos, a passagem por Argel de grupos como o MIR chileno, o ERP de El Salvador, e encontros com argentinos e brasileiros. Durante a Guerra da Argélia ela tinha se ocupado de dar e esconderijo a militantes na fronteira. Vivendo em Argel de 1962 a 1982 com passagens clandestinas por Paris, Didar, já como membro da rede *Solidariedade*, se encarregou em Argel de cuidar da passagem de dominicanos. Como ela escreveu sobre *Solidariedade*,

A guerra da Argélia terminada, Henri teve, à saída de sua prisão em 1962, seu título de permanência na França. Sem passaporte. [Vivia] na condição de apátrida e com a obrigação de renovar seu *permis* [autorização de estadia] a cada três meses. É então que com antigos quadros de apoio à FLN, com antigos resistentes da ocupação nazista, que Henri Curiel anima em Paris uma organização (semiclandestina) de apoio aos movimentos de libertação contra o colonialismo e o fascismo, financeiramente ajudado pelo novo presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella. Nossa linha geral de apoio às lutas de libertação nacional, sem implicação na escolha de suas estratégias, nos mantinha fora do campo interno francês. Na realidade, ela ia no

⁶ A partir de 1964 começou se a organizar a Conferência Tricontinental, prevista para o ano seguinte em Cuba. Ben Barka era o grande líder desta Conferência, tendo sido designado seu presidente.

sentido da política estrangeira do presidente De Gaulle. Paralelo à retirada dos mísseis russos instalados em Cuba se seguiu um longo período de coexistência pacífica entre Leste e Oeste. Será o decênio de projetos de desenvolvimento econômico e social e o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação. Henri Curiel pede e obtém permissão de ir à Argélia. Ele faz idas e vindas durante a presidência de Ben Bella. Proibida de entrar na França (após minha fuga da Petite Roquette) eu me instalei na Argélia, com encorajamento do Presidente, para ajudar no lançamento do trabalho voluntário de jovens e facilitar contatos que permitissem a abertura em Argel de escritórios representativos dos movimentos de libertação. Henri facilitou igualmente os contatos com representantes amigos de uma sociedade de cooperativas francesas (...). O Golpe de Estado de Houari Boumédiène em junho de 1965 colocou fim à ajuda financeira dada até então à Solidariedade pelo Presidente Ben Bella, mas a organização continuará a funcionar pelos seus próprios meios. A antena de Argel mantém seu contato com o Escritório de Ajuda do FLN aos Movimentos de Libertação, notadamente por meu intermédio. Em dez anos a organização se desenvolverá consideravelmente. Henri conhecia o Terceiro Mundo e as linhas do trabalho clandestino (...). Os contatos eram regulares com a antena de Argel e grupos militantes anticolonialistas europeus, principalmente em Lausanne, Genebra, Bruxelas, Amsterdam, Oslo e Londres. Solidariedade tinha um papel particular. Os movimentos de libertação eram ajudados pelos Estados do Campo Socialista, que lhes forneciam dinheiro e armas, apoiavam suas causas junto à ONU, lhes asseguravam estágios de formação militar (este foi o caso de Boumédiène em Argel). Mas, Solidariedade os ensinava a mergulhar na clandestinidade com estágios sobre regras de segurança, transformação de documentos, e de pessoas que lhe permitiam se comunicar, atravessar fronteiras e mesmo continuar suas ações no terreno da luta (...). (Rossano 2007, 14 e segs.).

O ecletismo de *Solidariedade* pode estar na origem de sua longa existência, que se calcula em 16 anos de atuação até o assassinato de Henri Curiel, em 1978⁷. A Rede não tinha posições políticas definidas, mas se defendia como uma central de ajuda aos movimentos de libertação no mundo, aos movimentos de luta anti-imperialista. Tendo servido a mais 13 países diferentes, sua ação “não repousava em modelos” (Rossano 1997, 10). *Solidariedade* lançou seus braços na América Latina, possibilitando passagem e refúgio a muitos revolucionários, e fortalecendo seu combate. Sobre a obtenção de armamento para a América Latina há divergências entre os membros do grupo. Didar disse,

Nossa organização não se ocupou de comprar armas para os movimentos de libertação. Por inteligência: os vendedores não são ideólogos. Eles denunciam os pequenos para proteger as grandes transações. Se ocupar disso exige, aliás, recursos importantes e relações com redes mafiosas. Nós não éramos deste tamanho. Não fomos nem mesmo capazes de conseguir realizar uma operação de carregamento de armas a um porto da África do Sul para o Congresso Nacional Africano (ANC). (Rossano 2007, 18. Tradução nossa).

Outro integrante da Rede quando perguntado a respeito, respondeu,

Sim. [Havia] um cara de extrema direita que vendia armas para o Salvador Allende. O cara que nos pagou 200.000 francos ele nos comprava pela Rede Curiel. As armas que vinham da Bulgária não tinham números. Eu tive uma uzi [metralhadora israelense], pistolas, estava ligado à Rede Curiel. Para nós chegou armas é o que me falou o cara de extrema direita que enviou armas para a Rede Farabundo Martí e que me confirmou o Gordo, e que trabalhava para o governo francês, que trabalhava para

⁷ A Rede continuou atuando até o ano de 1981, quando seus remanescentes foram presos.

a DST. O que eles faziam, eles são agentes. Se vendiam armas para os salvadorenhos é porque o governo francês havia decidido. Quando a França vende armas para a Rede Curiel via George Mattei, e compra armas para a Frente Farabundo Martí em El Salvador, é jogar fogueira no pátio traseiro dos Estados Unidos. E se passa por gente da extrema direita francesa. Por trás de a França apoiar Curiel está um antiamericanismo da França geopolítica para proteger seus interesses na África. (Cuadrado, 2014)⁸

Como afirmou Didar, “ainda que funcionassem segundo as regras da clandestinidade, os objetivos da organização não tocavam nos interesses da França. Melhor, enquanto a França permaneceu gaullista, os interesses convergiam. Foi diferente com Giscard”. (Rossano 2007, 13). Joyce Blau, secretária de Curiel e militante comunista desde os tempos do Egito disse sobre a Rede,

Eu passei alguns meses na prisão, e depois eu fui expulsa do Egito e já me encontrando na França eu continuei a trabalhar com Henri Curiel, que nesta época estava na mais completa clandestinidade. E uma vez chegada à França eu continuei a trabalhar com ele e paralelamente eu continuei meus estudos para ter um diploma para me integrar na França (...). Eu não fazia recrutamento, havia já um grupo estabelecido na França de egípcios de origem, a maior parte de judeus egípcios que eram ou expulsos do Egito, ou que o haviam deixado (...) que se organizaram ao redor de Henri Curiel. Então eu me integrei a este grupo. Eu não era clandestina, eu estava totalmente oficial, eu tinha um passaporte, uma carteira de identidade, sem problemas. Outros problemas, mas não este problema. Do grupo inteiro, Henri era o único a estar na clandestinidade total, todo o resto, os membros da rede, eram pessoas que trabalhavam e que viviam normalmente na França. Eu fui, se eu posso dizer alguma coisa, fui agente de ligação, essencialmente agente de ligação. Eu contatei o Henri que estava na clandestinidade e que tinha necessidade de um contato no exterior e fui eu quem encontrava as pessoas. Antes de minha chegada a França em 1955, 1956 nós entramos em contato com o grupo que ajudava os argelinos através de um contato que eu tinha. E então fui eu, digamos, a parte exterior do trabalho de Henri. Nós não fazíamos outra coisa que isso, mas era muito ativa. Tudo que nós fizemos com Henri Curiel até seu assassinato em 1978 era uma tensão, uma inquietude, sempre eu estava inquieta, preocupada por Henri, então era difícil, eu fazia porque eu achava que era certo fazer, que havia pessoas que precisavam de mim (...) eu sentia que as pessoas tinham vontade de fazer e que sem nossa ajuda elas iriam rapidamente para a prisão. Eu os ajudava, mas eu não era amiga deles, eu fazia meu trabalho, eu fazia voluntariamente sem dúvida, caso contrário eu não teria feito. Era um trabalho, eles não me conheciam, eles não sabiam meu nome, e eu não conhecia o nome deles (...). Com exceção de Georges Mattei porque era um personagem um pouco particular, que era verdadeiramente exuberante e muito simpático, mas à parte disso, os outros camaradas eu não os conhecia. Mesmo Mattei. Eu soube que ele se chamava Mattei depois de sua morte. Eu não o conheci Ben Bella. Minha irmã trabalhou para Ben Barka. Ben Barka pediu a Henri um secretariado na Suíça e minha irmã era parte, trabalhou para Ben Barka como secretária por um período (...). Um brasileiro ou um argentino eram para mim exatamente a mesma coisa, eu sabia que eram os latinos, mas eu não sabia mais do que isso, para proteger a pessoa, para me proteger (...). Eu cuidava para que ele fosse alojado, transportado para algum lugar, eu organizava, mas eu não sabia quem era. Henri sabia mais do que eu. Não era não importa quem também, antes de ajudar alguém a gente se informava um pouco, mas não eu, Henri e pessoas

⁸ Estudos mostram que a França foi um ator econômico privilegiado durante a vigência da Guerra Fria, vendendo armas e equipamentos para a América do Sul, países da África e do Oriente Médio. A Dassault francesa exportou caças para Iraque e África do Sul (1955 a 1991). A África do Sul foi o local, aliás, onde a França mais vendeu armas. Acordos também foram negociados com a Líbia, Peru e Argentina (exceção feita durante a Guerra das Malvinas quando houve embargo americano). Cf. Moraes, 2011.

competentes. Nós não trabalhávamos [completamente clandestinos], clandestinos de certa forma. A Argélia e *Solidarité* são duas coisas diferentes, totalmente, totalmente (...). Não fazíamos as mesmas coisas como na Guerra da Argélia. A rede Curiel era a Rede Jeanson e depois *Solidariedade*, Henri Curiel lhe deu um nome justamente, mas eram duas coisas diferentes (...). Então formamos outra coisa, não eram absolutamente as mesmas estruturas, os mesmos trabalhos que fazíamos com os argelinos. Para os argelinos foi muito duro, a polícia realmente atrás aqui. De maneira que *Solidariedade* era mais calmo, não incomodávamos a França. A gente se ocupava de todo mundo. O que nós podíamos oferecer a um, era praticamente o que nós podíamos oferecer ao outro, as possibilidades (...). Nós tínhamos um secretariado que se reunia todos os dias e uma reunião semanal da direção. Ajudamos? Não ajudamos? Ajudamos os mórmons? [As discussões] eram sempre muito discretas e a maior parte das pessoas não se frequentavam. Reuníamos e *au revoir!* Nós ajudamos 57 países a um momento dado. Por que nós tínhamos as pessoas que aceitavam alojar um brasileiro, um argentino, por que não a Colômbia? Mas Che Guevara, tudo isso, não era com a gente. Aliás, não estávamos de acordo com Che Guevara. Isto é, nós dizíamos, não cabe a nós franceses, ir lutar em outras partes. Deixemos as pessoas lutarem como elas entenderem, nós ajudamos simplesmente a não sucumbir imediatamente à polícia. E *voilà*. Nós fizemos cursos, nos dávamos aos camaradas dizendo, vá, faça o seu dever agora, ajude também seus camaradas. A experiência fez com que as pessoas tivessem necessidade que isso fosse sistemático, nós sistematizamos os cursos. Havia vários cursos diferentes, por exemplo, nós tínhamos maquiadores profissionais que vinham nos ajudar a mudar completamente de visagem, por exemplo, uma morena a tornar-se loira, colocar lentes de olhos claros, encher sua boca de algodão, transformá-la em outra pessoa, seu aspecto, andar diferente, cada pessoa trazia algo. Nós trazíamos um Plus, é por isso que nossos cursos melhoravam todo o tempo, cursos como transportar numa mala de fundo falso, aprender a fazer o fundo falso, quando a gente sabe é muito fácil, mas quando não sabemos é muito difícil. Como transportar coisas, nós fizemos até mesmo um mimeógrafo, muito simples, mimeógrafos portáteis, e depois uma vez na prisão, qual é a atitude a ter diante da polícia, numa greve de fome, como fazer uma greve de fome, o que é necessário fazer para se preparar antes, ensinamos muitas experiências. Ele [Curiel] não era contra a luta armada. (Port, 2013)

Havia bases da Rede espalhadas pela Europa dando suporte à circulação internacional, como afirmou Joyce,

Para todo lado [havia bases]. Porque por exemplo, os amigos belgas, eles estavam interessados nos nossos cursos (...) nós tínhamos relações muito estreitas, e quando havia transportes para atravessar as fronteiras, os belgas nos ajudavam. Nós tínhamos grupos amigos muito fortes na Bélgica, muito fortes na Suíça, porque a Suíça era também uma passagem importante. Tínhamos amigos que trabalhavam com a Espanha. Franco era, era bem complicado, nós tivemos amigos franceses que tiveram problemas lá, mas nós tentamos, nós não arriscávamos nada, nós os franceses, é por isso que nós cuidávamos muito das pessoas que nos ajudavam, todo o período até a morte de Henri em 1978, nenhuma pessoa foi tocada na França por nossa causa, ninguém, jamais, nos éramos muito prudentes. Ajudávamos por exemplo os Panteras Negras, os Panteras Negras estavam na Argélia e nós: o que vamos fazer com essas pessoas? As pessoas ajudaram muito, os curdos vieram depois e é outra coisa (...). Depois da morte de Henri foi Maria [Amaral] quem quis continuar. Eu tinha dito, eu não continuo, eu parei. Eu parei completamente e depois eu ajudei pessoalmente, fazendo coisas pessoais, sobretudo Israel-Palestina (Port, 2013).

Solidariedade apresentou um recrutamento heteróclito incorporando cristãos, trotskistas, comunistas, anarquistas, sindicalistas, nacionalistas, maoístas, pacifistas (Gaucher 1981, 179 e 182) e Henri Curiel estimulou a relação entre as organizações (Perrault 1984,

118). Como afirmou um anarquista ligado à Rede e membro do Groupe d'Action Révolutionnaire Internationaliste (G.A.R.I),

Jo me explica a Rede Curiel. Você não pode ter uma atividade como eles tiveram sem que o serviço secreto saiba, sobretudo se ela atinge coisas internacionais. Mas naquela época, é preciso situá-la no contexto de Curiel, é que Curiel parte para a guerra fazendo grandes serviços aos gaullistas no Egito, então ele tem relações pessoais, frequentemente não se menciona muito, mas são coisas muito importantes no período que eles vão viver e os gaullistas muitos são verdadeiramente pro-árabes. Então grosso modo podemos dizer que a rede Curiel não apenas se interessou pelas coisas tipicamente francesas. Após a Independência argelina, ele não vai se ocupar das coisas interiores francesas. Então de fato o que se passa é que Jo me pergunta se eu posso lhe fornecer documentação falsa para pessoas que são da esfera política francesa e assim, a primeira coisa que eu fiz para o Jo, foi fornecer documentos aos haitianos que vinham à França. Eu era uma espécie de correspondente para as coisas francesas e depois Jo como ele tinha contatos... Então ele [Jo] estava em contato com pessoas do ETA e com eles nós fizemos trocas, eles tinham necessidade de papéis franceses. Jo tinha relação um pouco com todo mundo, mas sempre um pouco distanciada, e então a mim ele pediu documentos para pessoas do ETA e o ETA me forneceu documentos espanhóis. Eu era uma espécie de Quais d'Orsay, eu distribuía documentos para os italianos, para os portugueses, para os espanhóis, para os irlandeses, para os alemães. Eu fazia, sobretudo, os europeus, depois de 1968, porque antes, os anarquistas dominavam este trabalho. Paralelamente a isso há o grupo de Jo, que eu ajudo porque eu estou de acordo com ele, e eu o ajudo fornecendo o material, fornecendo carimbos, etc. (Cuadrado, 2014)

A convicção e confiança irrestritas no amigo, o faz colaborar com a Rede de Curiel,

Eu tinha certas ideias contra as ditaduras porque eu era produto de uma ditadura, eu me banhei no exílio da ditadura, então podemos dizer que eu tinha uma relação mais litigiosa, ou seja, eu criticava os terceiro mundistas grosso modo (...) as pessoas queriam exportar a revolução, enquanto que a gente fazia a revolução aqui, para ajudar os outros nós fazemos inicialmente na França. Eu tenho um olhar mais distanciado [sobre a questão de exportar a revolução]. Como eu conheço Jo e há também a personalidade dele que me faz ver e apreciar, então eu confio nele, então ele está na Rede Solidariedade e eu sou entre aspas seu agente para as coisas francesas, para os latino americanos, para os espanhóis, em relação às coisas que ele me pede, justamente sobre os documentos falsos que são minha especialidade nesta época. Então é sempre com esta ideia anarquista contra o Estado, um pouco messiânica (...). Eu me simpatizo com Jo e então tudo se passa muito bem e depois há este lado libertário do Jo que combina bem. Então ele me faz encontrar Douglas Bravo, ele me faz encontrar chilenos e ele me faz encontrar pessoas que estão num primeiro momento numa situação um pouco difícil e num segundo momento que precisam de ajuda para trabalhar, para ganhar suas vidas, porque eles são exilados legais. Todos eram legais na Rede Curiel. Eu durante muito tempo eu estava na legalidade, então eu fazia documentos falsos, e durante algum tempo eu vivia da Seguridade Social (...). Eu trabalho, eu tenho um ateliê, eu faço 300 carimbos, carteiras de identidade, eu me encarrego de arranjar todo o material, dinheiro, viagens, eu organizo a coisa. Eu sou legal, pago pela Seguridade e isso funciona tão bem que eu chego a ter um dossiê de inaptidão completa ao trabalho (...). É um período muito agitado (...) eu viajo muito porque eu formo pessoas, eu vou à Espanha, eu vou à Itália, eu vou à Alemanha formar pessoas a produzirem documentos falsos que pedia libertação de companheiros deles (...). (Cuadrado, 2014)

Quando Pinochet tomou o poder no Chile, a única saída viável naquele momento era a Argentina, e *Solidariedade* se encarregou da retirada destas pessoas para instalá-las no exterior. Como afirmou Didar, com a instauração das ditaduras no Chile e Argentina à

atividade clássica do grupo, infiltração e falsificação, se agrega obtenção de *permis de séjour* [autorização de estadia], busca de trabalho, alojamento para os exilados (Rossano 2007, 18-19).⁹ A Rede Curiel enviou brasileiros para Argel vindos da Argentina e Chile, via contatos com o PCBR. Uma das figuras bastante conhecidas no Brasil e que integrou a Rede *Solidariedade* na Europa, foi o militante do PCBR Apolônio de Carvalho¹⁰. Como afirmou Maria do Amaral:

[...] o golpe de Estado no Chile nos mobilizou. *Solidariedade* criou um grupo especial, denominado *Grupo Jacques* para se encarregar de retirar militantes perseguidos e apoiar a resistência interna. Este grupo foi liderado por Apolônio de Carvalho [...] que posteriormente se desentendeu com Curiel (Perrault 1984, 286. Tradução nossa) .

Solidariedade foi colocada à disposição da Tunísia, Venezuela e de grande parte dos movimentos de guerrilha da América Latina: Haiti, República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Brasil, Chile, Bolívia, Argentina. Maria do Amaral integrante da Rede, disse a esse respeito,

Ben Barka era amigo de Curiel e o procurou para ajudar todos os revolucionários que vinham do mundo todo. Os argelinos aceitaram financiar esta organização que se chamou *Solidariedade*, uma organização clandestina criada depois da Guerra da Argélia e muitas pessoas que tinham se engajado na luta argelina com seu *savoir faire* eles começaram a reunir as experiências, as ideias. No início as tarefas do grupo eram bastante simples, limitando-se a ajudar a retirar pessoas ameaçadas de seus países de origem ou a transportar objetos, passando posteriormente, a formar grupos de trabalho setorializados e especializados em explosão de pontes, em falsificação de documentos, em maquiagem, em comunicação, em tradução, em medicina. Uma das primeiras atividades da rede foi ajudar os desertores da guerra do Vietnã, foram as primeiras ações, depois houve gente que chegou com os Panteras Negras, eles desviaram um avião e chegaram à Argélia e nós fomos buscar essas pessoas. Nós ajudamos gente do mundo todo, na África, Tunísia, por todo lado, Venezuela, militantes das guerrilhas. [Foram] ajudados mesmo contra picada de insetos, antídotos contra cobras, buscando alguém que estava ferido para colocar em hospitais franceses, depois pouco a pouco foi se desenvolvendo uma rede de contorno profissional clandestina. Tinha uma parte que era legal. Ilegal simplesmente porque utilizávamos os meios ilegais quando precisávamos. Formamos pessoas em falsificação de documentos. Nós fazíamos isso de portas abertas. Pessoalmente fui recrutada nos anos 1970 porque eu trabalhava em Courneuve, perto de Paris num ateliê onde eu trabalhava com jovens, eu fazia pintura mural, eu fazia gravura, eu fazia serigrafia e por isso eu poderia ajudar, eu poderia entrar num grupo de documentos falsos e então eu comecei a ser formada em falsificação de documentos. Éramos hospedados num convento em pleno centro de Paris, um convento dominicano e a gente podia esconder nossas coisas na

⁹ O primeiro membro de *Solidariedade* enviado ao Chile foi uma mulher membro do Partido Comunista francês e contato imediato de Charles Tillon (resistente do Francs Tireurs et Partisans Français-FTP). Foi esta militante a responsável pelo transporte das primeiras 300 carteiras de identidade produzidas pela organização, por assegurar contatos com o Brasil, Uruguai, Peru e Argentina e por entregar dez mil dólares à guerrilha salvadorenha (Perrault 1984, 272).

¹⁰ Apolônio pertenceu às Brigadas Internacionais e lutou na Guerra Civil Espanhola. Na Resistência Francesa, combateu junto ao Francs-Tireurs et Partisans (FTP). No Brasil foi oposição à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e ao Regime militar (1964-1985) tendo pertencido ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi preso e enviado ao exílio em 1970 em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben.

biblioteca deste convento. Não utilizávamos telefone, íamos telefonar no correio. Nós organizamos formação para a África do Sul, nós tínhamos estagiários. Precisava-se de tradutores, de alojamentos, de professores para formarem estas pessoas em todos os domínios. Precisava vigiar estas pessoas, pois Paris era o local onde estava todo o serviço secreto da América Latina, desde que chegavam era preciso fazer checagem, cursos de segurança, cursos de comunicação, como se comunicar através de códigos. Depois com as prisões, reduzimos a organização e fizemos as coisas cada vez mais secretas. Precisávamos de equipes de pessoas especializadas em esconder coisas nos carros. Porque na época havia os bascos, ajudávamos os bascos, eram as organizações contra Franco, era necessário ajudá-las a transportar coisas, pessoas nos carros e todo tipo de coisas a esconder em fundos de bolsas, sapatos, tudo que a se é capaz de se transformar a gente transformava para facilitar o trânsito de passaporte, carteira de identidade, textos importantes, criar um jornal na clandestinidade, usávamos papel bíblia que não ocupava volume. Utilizávamos métodos utilizados pela CIA. O lema da organização era: a vida de um revolucionário é muito cara para ser desperdiçada, então era necessário fornecer todos os meios militantes para se evitar a prisão. (Amaral, 2013)

Em 1973-74 as ações de *Solidariedade* aconteceram principalmente na Argentina. Tratava-se de retirar um número de revolucionários da América do Sul que se encontrava em perigo após a queda de Salvador Allende no Chile. Um número cada vez mais crescente de organizações de esquerda haviam se estabelecido em território chileno, provenientes do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela (MIR), do Brasil (ALN, VPR, PCBR, MR-8), da Bolívia, etc (Perrault 1984, 254-255). A organização previa, também, o retorno de certo número de pessoas escalonadas para voltar ao continente latino-americano entre abril e dezembro de 1975 (Perrault 1984, 254-255).

Os contatos na América Latina eram realizados pela presença no continente de Georges Mattéi ¹¹. O primeiro contato foi Cuba, para onde se dirigiu em 1961 com a ideia de um projeto de transformar Havana na capital de uma internacional latino-americana (Gallissot, 2009:118-119; Einaudi, 2004: 105). Mattéi deslocou-se por vários países como Venezuela, Argentina, Chile, tinha relações de proximidade com o comandante venezuelano Douglas Bravo, com quem chegou a realizar um filme e fornecia documentos (Gallissot 2009, 120) e encontrou-se no Brasil, com Carlos Marighella. Foi ele também quem permitiu movimentação de brasileiros, recepcionando-os e garantindo hospedagem em sua chegada à França. Mattei era o contato de Luiz Eduardo Prado, que em entrevista disse:

Trabalhamos muito juntos, nos frequentávamos muito, eu o visitava na Córsega (...). O Mattei tinha várias identidades (...). Ele deu ajuda ao Franklin Martins e mais a outros dois brasileiros cujos nomes não me lembro. Eu me encontrava regularmente com ele, lhe dava documentos do MR-8. Nós tínhamos uma relação bastante amigável, mas ele tinha a compartimentação dele e eu tinha a minha (Prado, 2015).

¹¹ Mattéi participou da Guerra da Argélia sobre a qual escreveu um livro, *La Guerre de Gusses* relatando os horrores que o Exército francês cometia em nome da República. Tornou-se posteriormente integrante da Frente de Libertação Nacional (FLN) e realizava importantes missões como se encarregar das saídas pela fronteira de muitos mensageiros. Para maiores informações Cf. Mattei, 1982.

Floréal Cuadrado, anarquista espanhol e falsificador da Rede, escreveu em suas memórias sobre a relação entre Mattei e *Solidariedade*,

(...) Georges era um militante terceiro mundista. No início da Guerra da Argélia ele havia feito parte dos primeiros convocados. Ele assistiu aos horrores que o Exército francês cometeu em nome da República. Em seu retorno à França, o que ele viu na Argélia, o levou a se engajar ao lado dos independentistas argelinos do FLN. Ele conheceu Henri Curiel e ambos se simpatizaram. Quando a Rede Jeanson foi desmantelada, Curiel e Mattei a sucederam. Eles organizavam os *porteurs de valises*. A principal missão desta rede era retirar os milhões que a FLN recebia da comunidade argelina residente na metrópole e os depositar em bancos suíços. Eles faziam assim entrar e sair da França os militantes do Front (...). Assim que a Argélia se tornou independente, Henri Curiel e Georges Mattei decidiram dar continuidade ao combate contra o colonialismo ainda presente em numerosos países africanos. A experiência que eles tinham adquirido enquanto *porteurs de valises* e as relações que eles haviam estabelecido os levaram a criar uma nova rede chamada *Solidariedade* (...). Os pedidos a *Solidariedade* eram numerosos e variados [...] Mattei tinha se banhado no marxismo do Partido Comunista, tudo o que eu abominava. Entretanto, prevalecia nele um constante espírito de rebelião e uma firme recusa da ordem social dominante, fosse revolucionária ou não. Eu o considerava de algum modo libertário. O engajamento dele ao lado dos independentistas argelinos poderia lhe abrir uma carreira de burocrata. Ele escolheu outra via (...). Esse conjunto de coisas fez com que muito rapidamente, eu quisesse ser parte de seu círculo de amigos. Quando de nosso encontro ele dirigia com Henri Curiel a rede *Solidariedade*. [Jo] me pediu de lhe fornecer, segundo as necessidades, documentos falsos franceses. Ele me explicou que *Solidariedade* se beneficiava, por uma espécie de acordo tácito, de uma insólita e relativa tolerância da parte das autoridades francesas. Mas, para isso, *Solidariedade* deveria evitar tocar nos documentos administrativos franceses. Eu aceitei de lhe ajudar (...) seu pedido para mim era uma honra (...). Jo me procurava toda vez que tinha necessidade. Eu respondia a todos os seus pedidos. Nossa colaboração se estendeu até minha segunda prisão em 1981. O primeiro trabalho que ele me pediu foi produzir carteiras de identidade destinadas aos oponentes haitianos, condenados a morte pelos Tontons Macoutes, a milícia de Duvalier de sinistra reputação. (Cuadrado 2015, 234-236, 239, 285. Tradução nossa).

Como afirmou Didar, *Solidariedade* esteve em contato com os grupos latino-americanos desde os primeiros anos de sua existência, mesmo que isso representasse, “se introduzir em um continente completamente controlado pelos Estados Unidos e seus serviços secretos” (Rossano 2007, 39). Seu depoimento mostra como a rede atuou no continente,

Tratava-se de criar na França uma associação de ajuda aos refugiados políticos. Começando pela ajuda aos militantes que fugiam do Chile de Pinochet. Em Paris, o Grupo Jacques (Pierre em Argel), dirigido por Apolônio de Carvalho, um brasileiro que conheci em Argel, já se ocupava de organizar localmente a retirada de resistentes perseguidos com documentação falsa. Maria Amaral (Amália) que havia se integrado à *Solidariedade* e desde então [quadro] permanente do secretariado, foi uma colaboradora próxima de Henri. No plano político, Amália se ocupava mais especificamente dos contatos com os movimentos de libertação da América Latina. Ela mesma filha de um pastor exilado da Argentina (que será, aliás, recrutado) se revelará tecnicamente dotada. Com ela e André Haberman o setor transformação de documentos conheceu uma revolução [...]. Em Argel, onde eu estava estacionada, eu me ocupava dos dominicanos de passagem. Entrevia, por exemplo, junto à mulher de Frantz Fanon [Marie Josèphe] que assegurava as transmissões sobre os Movimentos da América Latina na Rádio Estatal argelina. Eu via muito Ania Francos. Na ocasião da intervenção americana a Santo Domingos [1965], eu assegurei o contato (bem compreendido junto ao partido FLN) com um dos dirigentes do “Movimento 14 de junho” que foi assassinado após seu retorno clandestino ao país [...] As vítimas da

invasão de Santo Domingos foram tratadas na Europa. A juvenzinha Monique Roumette era encarregada de todo o trabalho de tradução-interpretação com os latino-americanos. Tive muitas ocasiões de revê-la. Todos estes contatos remontam ao período do Presidente Ben Bella quando o “Comandante” Serguera era o embaixador de Cuba em Argel. Nós pudemos assim, enviar a Mehdi Ben Barka uma consistente lista de movimentos de libertação latino-americanos para serem convidados à Conferência Tricontinental que ele organizava, em Havana em janeiro de 1966 (Rossano 2007, 18. Tradução nossa).

Outra rede de salvamento, alimentação e embarcamento da guerrilha foi a *Rede Vinicius*, fundada por um argentino da antiga Coluna Guerrilheira de Che Guevara que havia vivido no Brasil,

Ao final de 1967 se realizou uma reunião em Havana, convocada pelo Comandante Piñeiro [Ministro do Interior cubano]. Fui enviado pelo incipiente grupo argentino ELN, Carlos Marighella e seu segundo Joaquim Câmara Ferreira pelos brasileiros da ALN, o jornalista Carlos Nuñez pelos uruguaios e pela Bolívia uma pessoa sem identificação. Ali se estabeleceu base para organizar o cruzamento de fronteiras entre os países do sul, para fabricar documentos falsos, passar armas e dar alojamento em Buenos Aires. Eu tinha participado na fronteira com a Bolívia da guerrilha do Che, o primitivo ELN, controlar as comunicações e a rádio de fronteira. O contato era a Tamara Bunke, agente da Stasi alemã, filtro soviético. Morto o Che, voltei para Havana e eles me disseram que a rede argentina passasse a colaborar com Marighella e Toledo. Um grupo brasileiro nos havia pedido ajuda para montar uma base de retaguarda na Argentina, sobretudo em Buenos Aires porque era uma cidade grande, com boas comunicações. Tínhamos que fazer o contato Cuba-Brasil por outra rota. Como vivi muitos anos no Brasil, falo bem o idioma e meu amigo Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Toledo, era conhecido meu desde muitos anos, ele havia me recomendado. Barbaroja Piñeiro havia dito a ele que eu podia montar esta rede. O Che havia sido morto no ano anterior, os que formamos em Cuba a Coluna do Che (...) havíamos ficado um polvo sem cabeça. Quando vem Toledo a Buenos Aires me pede esta tarefa. (...) Assim, tudo estava dado para que colaborasse com a ALN do Brasil, o grupo Marighella. Uma semana mais tarde estava em São Paulo e me esperava um companheiro que logo assassinaram, Arno Preis. Fomos a uma reunião de seis pessoas perto de Petrópolis e entre os representantes da ALN, POLOP e outro grupo que não me recordo. Vinicius [de Moraes] fez naqueles anos, se não me falha a memória, três excursões: no verão de 1969 estive em Embassy uma boate de fama em Baires, logo veio em 1970 e mais tarde foi à Fusa em Mar del Plata em 1971. Não podemos esquecer estas datas para reconstruir a história, porque é o momento de auge da chegada de companheiros brasileiros da ALN, VAR-Palmars, MR-8 e outros grupos. Vinicius ninguém sabe, foi correio da ALN, o contato era o Tenório [Francisco Tenório Júnior]. Vinicius colaborou sem “compromisso”, ele “sabia” e “não sabia” que levava coisas e trazia. Aquela rede no final de 1968 e começo de 1969 foi então batizada de Rede Vinicius. Eu tinha elementos para falsificação de documentos, apartamentos para esconder material e gente e armas de diversos calibres, assim como material explosivo. Tinha contato com Joaquim Câmara Ferreira, com Tenente/Beto, nomeado o contato comigo pelo “Velho” e que muitos anos depois soube que seu nome era Aylton Adalberto Mortatti (...). Em Havana me apresentam um brasileiro que estava de acordo em aceitar colaboração de minha rede em Baires. Já estamos trabalhando desde 1969, recebendo companheiros que “guardo” alguns dias (...). Ida e volta, os brasileiros vinham a Baires e os reciclava pela fronteira. Às vezes pelo sul, outros por Guiana [Inglesa]. Tinha todos os contatos dali e por isso é que os cubanos prestaram atenção em mim. Como Vinicius era muito popular neste momento, batizei para os cubanos e para Marighella e Toledo a rede com o nome de Rede Vinicius. Eu falava perfeitamente bem “gíria carioca”, tive a honra de ser amigo de Nara Leão em 1962 quando fui viver no Rio com uma namorada. Vivi no Rio em abril de 1961, conhecia gente da União dos Estudantes do Brasil (UEB) me somei à resistência da UNE. Assim, a Rede Vinicius prosperou. Mais de uma centena de companheiros salvaram

a vida. Enquanto Toledo era vivo, controlava tudo. Também conseguimos operar sequestrando um avião Varig em 04 de novembro de 1969. A ocupação do Aeroporto de Ezeiza, que o governo ocultou, se fez sob meu controle e de Arno Preis, sem um tiro, sem um morto (...). Neste momento tínhamos 22 companheiros de diferentes organizações alojados, recordo Arno Preis, Boanerges Massa, Enrique, Suzana Lisboa, Franklin Martins. Nosso trabalho dependia de Havana. Fazíamos documentos, fornecíamos dinheiro, apartamentos, armas atravessamos fronteiras. Muitas vezes viajei a São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre. A operação Condor atuou contra a Rede Vinicius assassinando o músico Tenório [Francisco Tenório Jr.] em Buenos Aires, o confundindo comigo. Minhas conversas com Toledo e as ordens que recebi de Cuba como “tudo para eles como lhes daria o comandante” são um forte indício de que a Guerrilha do Che, o ELN, tinha um braço brasileiro. O Che falou muitas vezes, mas não tenho provas. A Rede Vinicius funcionou até o começo de 1976 (...) seguimos passando muita gente pela Tríplice Fronteira, por Uruguai (...). A Rede Vinicius pode dizer com orgulho que semeou a confraternização entre cariocas e portenhos (Moles, 2009, 2013).

A rede serviu apenas a brasileiros, como disse seu articulador, era o “grupo de amigos de Alfredo”. Haydee Carini, sua companheira também fez parte da Rede,

A Haydee fez tudo! Maquiagem, loiros ou de morenos. Tudo, a Haydee estava aí, fazendo de tudo. “Não, você tem que se vestir assim, você é brasileiro, brasileiro se veste muito mal, ela dizia [risos], vocês tem mau gosto, você tem que ser mais europeu rapaz, vem, vamos comprar roupa”, aí ia numa loja e já comprava uma roupa mais argentina, mais europeia, camisa com gravata. Brasileiro ia tropical e tropical na rua [risos]. Aí então Haydee explicava, você tem que falar assim, tem que falar de outro jeito, não assim, não faz este gesto. A Haydee era muito jovem, mas procurava que eles não se notassem que eram estrangeiros, ajudou muito nisso (...). A Haydee adorava os brasileiros! E vinham os companheiros, ficavam lá, ficavam um mês, dois meses, três meses (Moles, 2013).

Alfredo foi responsável pelo trabalho de exploração para atravessar a fronteira, trabalho de inteligência que continuou a desempenhar na África, em Angola, Namíbia e Botsuana.

Fiz a viagem, eu fiz a primeira viagem. O Beto, Mortatti entrou e saiu morando em Buenos Aires, atravessava o Brasil com documento que a gente dava para Guiana e de Guiana para Goiânia. Que a diferença do nome não é muita. O Mortatti ia e voltava, ficava em casa, porque a gente tinha feito uma boa relação de amizade pessoal. Então fomos saber a forma de entrar e sair e a verdade é que com ele vimos que era facilíssimo, era facilíssimo, era um regalo entrar e sair de Guiana e do Brasil. Não tinha controle nenhum, o Exército brasileiro e a Polícia brasileira não tinha nenhum, você ia [cruzar a fronteira] com documento argentino ou brasileiro e passava caminhando, Bom dia, tudo bem? Problema nenhum (...). Mortatti depois mandou gente que estabeleceu uma linha de saída e entrada no Brasil por Goiânia. Eu buscava pelo Aeroporto de Buenos Aires (Moles, 2013).

Algumas relações de apoio, por exemplo, foram favorecidas pelo estado líbio. Assumindo o poder na Líbia em 1969, Muammar Kadafi não apenas financiou ajuda aos movimentos revolucionários na América Latina, dando ensejo à criação de um grupo de combate à Operação Condor, o chamado *Grupo Galaxy*, mas investiu em projetos sociais no Nordeste brasileiro no início dos anos 1980. Este grupo foi formado por 250 a 300 guerrilheiros convidados a ir à Líbia para realizar treinamento militar na sede da chamada

Internacional Revolucionária, que faria uma triagem dos melhores combatentes. Nove internacionalistas foram escolhidos (entre eles um brasileiro) para o comando desta operação, que se deslocou a Buenos Aires para tentar salvar militantes que constavam na lista do ACNUR, e que eram alvos da Central de Inteligência Americana.

Atuando no grupo Movimento dos Comitês Revolucionários (MCR), Acilino Ribeiro realizou treinamento militar em Trípoli e participou de missões secretas no Brasil. Ele se tornou inclusive parte da escolta pessoal de Kadafi. Circulando muito pela Líbia, Argélia e Palestina, não deixou de ser notado pelo sistema de informações brasileiro, “no meu *habeas data* consta que eles me vigiaram em Paris, Zurique, Roma, Madrid, Lisboa, etc. Mas por outro lado, eu tinha sempre a proteção de meus amigos líbios e palestinos. Portanto, eles não podiam fazer muita coisa”. (RIBEIRO, 2012).

O dinheiro para projetos na região do Nordeste vinha do denominado Fundo de Ação e Solidariedade Internacional que desenvolvia lutas de apoio à organização popular e ajudava na manutenção de movimentos sociais.

Estes exemplos entre inúmeros outros nos mostram os processos de criação, organização e evolução da oposição no contexto internacional, que gerou concretamente uma política extra continente, ganhando força além fronteiras e sendo alimentada estrategicamente por redes de solidariedade, mais do que atuando apenas simbolicamente ou em reduzida escala. Naqueles anos, podemos dizer que os revolucionários não estavam sós.

Bibliografia:

MORELI, Alexandre; BUARQUE, Bernardo; VANNUCCHI, Marco Aurélio. Entrevista com Luiz Felipe de Alencastro. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 301-328, abr. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/60827/60265>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Amaral, Maria. Entrevista. [08maio 2013]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, Champigny, França, 2013.

Balardim, Rafael. (2016). Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese. Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Birck, Danielle. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <autor> em 05 de setembro de 2010.

Breyton, Nair. Entrevista. [jun. 2010]. Entrevistador: Autor. São Paulo, SP, 2010.

Brockes, Otto. Testemunho. [6 dez. 2014]. Comissão Nacional da Verdade (CNV), Brasília, DF, 2013, p. 16 e seg. Disponível: <<http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html>>. Acesso: 07 jan. 2016.

Chotil, Maria José (2015). *L'Exil Ouvrier: La saga des Brésiliens contraints au départ (1964-1985)*. Paris: Éditions Estaimpuis.

Cruz, Fábio Lucas (2016). *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)* (mimeo). Tese (Doutorado em História Social) — USP, São Paulo.

Cuadrado, Floréal. Entrevista. [mar. 2014]. Entrevistador: Autor. Rio de Janeiro, 2014.

Cuadrado, Floréal. (2015) *Comme un chat: Souvenirs turbulents d'un anarchiste faussaire à ses heures vers la fin du vingtième siècle*. Paris: Éditions du Sandre.

Debray, Régis. Entrevista. [23 out. 2012]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, Paris 2012.

Deffarge, Claude; Troeller, Gordian. Alger, capitale des révolutionnaires en exil. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/mav/121/DEFFARGE/47325#nb1>>. Acesso: 06 de fev. 2016.

Del Roio, José Luiz. Entrevista. [abr. 2012]. Entrevistador: Autor. São Paulo, SP, 2012.

Einaudi, Jean-Luc (2004). *Franc-tireur, Georges Mattéi, de la guerre d'Algérie à la guérilla*, Paris: Sextant.

Fundo AMS - Arquivo Mário Soares. DAC, Correspondência. Jean Talpe, 7/7/1970. Disponível: <<http://www.fmsoares.pt/>>. Acesso 10 maio 2016.

Gallissot, René. *Henri Curiel*. Le mythe mesuré à l'histoire. Paris: Riveneuve Éditions, 2009.

Gaucher, Roland (1981). *Le Réseau Curiel ou La subversion humanitaire*. Paris: Éditions Jean Picollec.

Gertel, Vera. (2013). *Um gosto amargo de bala*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gouvêa, Yara. Entrevista. [8 jul. 2010]. Entrevistador: Autora, Brasília, DF, 2010.

Isola, Ivan Negro (2009). *Um vento me leva*. Lembranças de Jirges Ristum. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Löwy, Michel. Entrevista. [08 fev. 2013]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, Paris, 2013.

Mattei, Georges. *La Guerre des Gusses*. Paris: Balland, 1982.

Miyaki, Darci. Entrevista. [ago. 2010]. Entrevistador: Autor. Indaiatuba, SP, 2010.

Moles, Alfredo. Entrevista [10 jan. 2013]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Barcelona, 2013.

Moles, Alfredo. *Contra el Plan Condor, La Red Vinicius*. [24 out. 2011]. Disponível: <<http://guerrilleroshabanosmojititos.blogspot.com.br/2011/10/tenorio-fue-una-victima-inocentepero.html>>. Acesso: 06 set. 2012.

Moles, Alfredo. *Estela*. [06 maio 2009]. Disponível: <<https://guerrilleroshabanosmojititos.blogspot.com.br/2009/05/>>. Acesso: 06 set. 2012.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1998). *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Moraes, Rodrigo. (2011). *O mercado internacional de equipamentos militares, negócios e política externa*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA.

Pereira, Iara Xavier. Testemunho. [6 ago. 2014]. Comissão Nacional da Verdade (CNV), Brasília, DF, 2014.

Port, Joyce Blau. Entrevista. [24 jun. 2013]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, Paris, 2013.

Prado, Luiz Eduardo. Entrevista. [19 de julho de 2013]. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro, Maricá-RJ, 2103.

Paz, Carlos Eugênio. Entrevista. [jan. 2013]. Entrevistador: Autor. Paris, 2013.

Paz, Carlos Eugênio (1997). *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Perrault, Gilles (1984). *Un Homme à Part*. Tome 2. Paris: Bernard Barrault.

Pimenta, Ricardo Medeiros (2014). “A Ditadura militar brasileira e as redes de solidariedade na França dos anos 1970: o ‘fazer’ da ação informativa e o ‘dever’ do trabalho de memória”. Thiesen, Icléia (ed.). *Documentos sensíveis : informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras: 231-246

Roccati, Claude (2016). La CFDT et le mouvement syndical brésilien : origine et développement d’une expérience de solidarité internationale », *Cahiers des Amériques latines*, 83, 151-170.

Rolland, Denis (2008). “L’État Français et les Exils Brésiliens: Prudence d’État, Guerre Froide et Propagandes”. Muzart-Fonseca, Idelette. (ed.) *L’Exil Brésilien en France: Histoire et Imaginaire*. Paris: Harmattan : 49-123.

Rolleberg, Denise (1999). *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.

Roniger, Luis (2011) “Reflexões sobre o Exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. Quadrat, Samantha. (ed.) *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 31-61.

Rossano, Didar Fawzy (1997). *Mémoires d’une militante Communiste (1942-1990): du Caire à Alger, Paris et Genève. Lettre aux miens*. Paris: l’Harmattan.

Rossano, Didar Fawzy (2007). *Il ne faut pas oublier nos morts. L’Affaire Henri Curiel* (document de travail-mimeo).

Saavedra, Manuel (2013) *Sociedad civil en ditadura, relaciones transnacionales, organizaciones e socialização política no Chile (1973-1993)*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Históricas) — Universidade Livre (FU), Berlim.

Salvador, Salazar Navarro (2015). “Los años de la ira”. Um aciercamento crítico al contexto social-cultural de la década del sessenta em Cuba y América Latina. *De Raíz Diversa*, vol.2, núm.4, julio-diciembre, 101-128.

Schrage, Clemens. [Mensagem Pessoal]. Alagoas. Mensagem recebida por <autor> em 15 de setembro de 2014.

Ribeiro, Acilino. [Mensagem Pessoal]. Brasília. Mensagem recebida por <autor> em 19 de outubro de 2012.